



Alterações legais que beneficiam os trabalhadores, propostas relacionadas com matéria eleitoral e questões de caráter econômico e tributário predominam entre os projetos de lei apresentados pelos senadores

ACM prega na TV fortalecimento da Câmara e do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu, em entrevista ao programa *Jô Onze e Meia*, o fortalecimento do Parlamento brasileiro. "O Congresso é a voz da nação", justificou. Ele também rebateu com veemência a crítica do apresentador Jô Soares em relação ao suposto despreparo da maioria dos senadores.

PÁGINA 2



Senadores apresentaram 81 projetos neste ano

Número representa mais do que o dobro da média de propostas feitas pelos parlamentares, em igual período, entre 1995 e 1998

Plenário vota lei da coleta de sangue

A regulamentação da coleta e estocagem de sangue está entre as matérias que o Senado deve apreciar nesta semana. Também devem ser examinadas duas operações de crédito em benefício do estado do Rio de Janeiro e a renovação de concessões ou permissões para funcionamento de várias emissoras de rádio.

PÁGINA 2

Os senadores já apresentaram neste ano um total de 81 projetos de lei. O número, que inclui todas as propostas formalizadas até a última sexta-feira, representa mais que o dobro da média registrada nos últimos quatro anos. No mesmo período de 1998, foram apresentados 50 projetos. Em 97, 29; em 96, 30 projetos; e, em 1995, 25.

Questões de interesse dos trabalhadores e proposições relacionadas com o disciplinamento do processo eleitoral predominam entre os projetos de lei elaborados pelos senadores. Também são muitas as propostas de caráter econômico e tributário. Algumas delas têm como objetivo reduzir as desigualdades regionais no país.

PÁGINA 5

ACM diz que Congresso é "voz da nação" e precisa ser fortalecido

Em entrevista a Jô Soares, presidente do Senado ressalta espírito público dos parlamentares e lembra que não existe regime democrático sem Legislativo forte

"É preciso fortalecer o Senado e a Câmara, e não enfraquecê-los", afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em entrevista no programa *Jô Onze e Meia*, do SBT. Ele lembrou, na ocasião, que não existe regime democrático sem um Congresso forte. "E hoje o Congresso é a voz da nação", disse.

Antonio Carlos ressaltou a competência, agilidade e espírito público demonstrados pelos senadores, e discordou da tese de que só uma pequena elite seria detentora dessas qualidades.

— A grande maioria do Senado é totalmente preparada, defende seus estados e os interesses do país com cultura e conhecimen-



Antonio Carlos observou, na entrevista a Jô Soares, que o Senado tem bom nível moral e cultural

to. Não me cabe citar nomes, até porque posso ser injusto com alguns que têm muitos méritos e ainda nem tiveram oportunidade de aparecer, pois um terço

dos senadores são novos — afirmou.

DISCORDÂNCIA

O senador discordou de colocações feitas por Jô Soares, que se disse decepcionado com o nível de informação e o desempenho dos senadores durante a sabatina do novo presidente do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Jô afirmou que o cargo de senador "é de uma importância quase equivalente ao de presi-

dente da República", mas haveria "um desnível grande no Senado brasileiro".

— Não, não concordo com você — retrucou Antonio Carlos

—, e penso que é até uma injustiça para com o Senado. O Senado tem bom nível moral e cultural. Agora, numa reunião como essa (a da CAE), tão importante, com os ânimos tão exaltados, com um nervosismo natural, sendo toda a reunião televisionada para o Brasil inteiro, graças ao sistema democrático que o Senado adota, isso cria alguns problemas, até de inibição. Daí por que não se pode julgar por uma sabatina dessas a Comissão de Assuntos Econômicos e muito menos o Senado como um todo. O Senado tem dado provas de competência, agilidade e espírito público. Há senadores cultos, preparados, que realmente representam seus estados e o país.

CAE examina nomes para Cade e Tribunal de Contas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), reúne-se amanhã, às 10h, para examinar três mensagens presidenciais de indicação de autoridades.

A primeira, relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), submete à aprovação prévia do Senado o nome de Amauri Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A segunda, cujo relator é o senador José Fogaça (PMDB-RS), submete à apreciação o nome de João Bosco Leopoldino da Fonseca para conselheiro do Cade.

A última mensagem da pauta da CAE indica o nome de Walton Alencar Rodrigues para compor o Tribunal de Contas da União



Edison Lobão é relator da mensagem que trata da indicação de procurador para o Cade

(TCU), no cargo de ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Átila. Os nomes submetidos à comissão serão apreciados em votação secreta, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Coleta e estocagem de sangue podem ser regulamentadas

O Senado examina, nesta semana, duas operações de crédito em benefício do estado do Rio de Janeiro, o projeto que regulamenta a coleta e a estocagem de sangue, várias renovações de concessões e uma permissão para funcionamento de emissora de rádio

Amanhã, o plenário votará, em turno único, autorização para o governo do Rio de Janeiro contrair empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 180 milhões. Outra proposta de empréstimo para o Rio de Janeiro, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no montante de US\$ 186 milhões, também será apreciada em turno único pelo plenário. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) é o relator das duas proposições.

Na mesma sessão, serão apreciadas a outorga de permissão para funcionamento da Rádio FM Canavial, do município de Redenção (CE), e a renovação da concessão à Rádio Riviera Ltda. FM, de Goiânia (GO).

Na quarta-feira, os senadores deverão discutir projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que regulamenta a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue. Na mesma sessão serão votados projetos de decreto legislativo renovando as concessões da Rádio Clube de Pernambuco, de Recife, e da Rádio Clube Rio do Ouro, de Jacobina (BA).

A primeira parte da sessão de quarta será dedicada a homenagem ao ex-presidente da Funai, Sullivan Silvestre, morto recentemente em acidente aéreo.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA OS DE MAIS DIAS DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (9.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Projeto de Resolução nº 11/99, que autoriza o estado do Rio de Janeiro a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 180.000.000,00; *Projeto de Resolução nº 12/99, que autoriza o estado do Rio de Janeiro a realizar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 186.000.000,00; *PDL nº 54/95, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Canavial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Redenção (CE); e *PDL nº 124/95, que renova a permissão outorgada à Rádio Riviera Ltda., posteriormente transferida à Rádio Terra FM de Goiânia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia (GO).

Quarta-feira (10.3.99)

▶ 10h - Sessão Solene do Congresso Nacional em Homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. *Plenário da Câmara*

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a memória de Sullivan Silvestre de Oliveira, ex-presidente da Funai, nos termos do Requerimento nº 60/99, do senador Iris Rezende e outros senhores senadores.

Pauta: *PDL nº 57/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife (PE); *PDL nº 25/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina (BA); e *PLC nº 1/99, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

Quinta-feira (11.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação em turno suplementar do substitutivo ao *PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; e *PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674, 4.10.88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

Sexta-feira (12.3.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Terça-feira (9.3.99)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação da *Mensagem nº 59/99, que submete ao Senado o nome de Amauri Serralvo para exercer o cargo de procurador-geral do Cade; *Mensagem nº 60/99, que submete ao Senado o nome de João Bosco Leopoldino da Fonseca para exercer o cargo de conselheiro do Cade; e *Mensagem nº 78/99, que submete ao Senado o nome de Walton Alencar Rodrigues para compor o TCU, no cargo de ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Átila. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Emília integrou comissão que foi apresentar a reivindicação ao ministro da Previdência

Emília quer manter valor do salário após o parto

A revogação de dispositivo de portaria limitando o salário-maternidade em R\$ 1.200,00 foi solicitada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) ao ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, durante audiência realizada na quinta-feira. A senadora integrou grupo de representantes da bancada feminina no Congresso que defende a permanência do direito de as mulheres receberem, durante a licença-maternidade, a mesma remuneração da atividade.

De acordo com o gabinete da senadora, o ministro disse que não poderia atender ao pedido das parlamentares argumentando que a fixação do teto máximo para benefícios estava prevista na emenda constitucional que reformulou a Previdência, promulgada em dezembro. Ornelas afirmou que a portaria apenas regulamentou o assunto já definido pela emenda.

Para a senadora, a justificativa do ministro foi "burocrática e insensível".

2ª Semana da Mulher

Com uma exposição na Galeria Senado, abordando o tema Saúde da Mulher, começa hoje a 2ª Semana da Mulher, marcada por intensa programação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. No ciclo de debates, em uma das salas das comissões, às 18h30, será enfocado na quarta-feira o tema A Mulher e o Poder, com a participação das senadoras Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Luzia Toledo (PSDB-ES).

Lando propõe comissão para dívida

Senador de Rondônia apresenta requerimento para que parlamentares formem grupo destinado a analisar o volume e o ritmo de crescimento dos débitos do setor público brasileiro

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentou requerimento à Mesa, propondo a criação de uma comissão especial para analisar a dívida do setor público brasileiro. "É que aos olhos da população há uma dicotomia: de um lado cortes brutais no Orçamento, inclusive na área social, enquanto a dívida pública cresce assustadoramente. Gasta-se cada vez menos, e deve-se cada vez mais", destaca.

Para Lando, o país se ancora nas taxas de juros para conter a inflação, enquanto se afunda nas dívidas que essas mesmas taxas provocam. "O cardápio de medidas alternativas para compensar tamanha sangria de recursos parece esgotado. Já se vendeu parte significativa das estatais, mesmo assim o serviço da dívida interna está orçado em R\$ 90 bilhões

em 1999. Para comparar, basta lembrar que a Companhia Vale do Rio Doce foi vendida por R\$ 4 bilhões, ou seja, seria preciso "uma Vale" por quinzena, apenas para pagamento de juros", observa.

Amir Lando lembra que o Senado é a Casa da Federação. "Aqui transitam livremente diferenças que contrastam, mas que unem. É com esse espírito de união que formulei a proposta de criação da comissão especial para analisar e propor medidas relativas à dívida do setor público no Brasil. A Casa da Federação há de ser o melhor abrigo em tempos de turbulência", diz ele.

O senador por Rondônia assinala que "depois da venda do setor elétrico, já se fala até na venda da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Fe-



Lando quer que a comissão proponha saídas para a questão da dívida

deral. "Somos todos devedores e, na maioria das vezes, não gastamos mas herdamos a dívida de ancestrais que elegemos. Por isso, a comissão deverá se constituir numa mesa de comunhão,

sem exclusões, para chegar a decisões compartilhadas. Tudo isso para que os brasileiros do terceiro milênio possam continuar a história do país em sua integridade", esclarece.

Maldaner pede pressa na duplicação da BR-101

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alerta para a necessidade de liberação de uma verba suplementar de R\$ 100 milhões, para a duplicação da rodovia BR-101. "Trata-se de uma estrada de grande importância para o estado de Santa Catarina, por onde trafegam, diariamente, 15 a 25 mil veículos – dos quais 45% de transporte de carga e passageiros –, sendo, portanto, vital para o abastecimento e o escoamento da produção."

Segundo Maldaner, houve um acréscimo de tarefas de 25% em relação ao projeto original, implicando na alteração do cronograma e no aumento de custos. "O Orçamento da União para 1999 prevê a aplicação de cerca de R\$ 64 milhões na duplicação da rodovia, mas seu custo remanescente é de R\$ 163 milhões. A obra, garante o DNER, pode ser entregue ainda este ano se os recursos suplementares forem liberados até maio", destaca.

Casildo Maldaner afirma que os jornais catarinenses estão denunciando uma "operação-tartaruga" nas obras de duplicação da estrada, que até já provocou a criação de uma comissão parlamentar na Assembléia Legislativa para esclarecer os fatos e pressionar as au-



Segundo Maldaner, alterações no projeto têm atrasado a obra da rodovia

toridades competentes para garantir a normalidade do fluxo de verbas. "A morosidade das empreiteiras se explica pelo temor das empresas ou dos consórcios de não serem remunerados pela tarefa que vierem a executar", argumenta.

O senador por Santa Catarina lembrou que a obra foi uma das promessas de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Além disso, a duplicação é uma obra que se impõe à inteligência dos administradores, pois 115 dos seus 218 quilômetros já foram duplicados, mas são utilizados precariamente, por serem descontínuos", finalizou.

Patrocínio elogia plano de combate à tuberculose

Ao elogiar o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do Plano Nacional de Controle da Tuberculose, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) informou que, se todas as metas do governo forem atingidas e sustentadas, haverá uma redução pela metade na incidência da doença. Ele explicou que um dos principais desafios a serem enfrentados será baixar a taxa de abandono do tratamento, que hoje chega a 14%.

De acordo com o senador por Tocantins, o principal objetivo do plano é diagnosticar, até o ano 2001, 90% dos casos da doença no Brasil. Também estão previstas, até 2007, a cura de 85% dos casos descobertos e a diminuição de dois terços da mortalidade, além da implementação do Programa de Controle da Tuberculose em todos os municípios do país.

O programa do governo, segundo Patrocínio, prevê a criação de uma rede nacional de excelência, unindo universidades e empresas, para estimular o ensino e a pesquisa sobre a tuberculose. Também incentivará o Sistema Único de Saúde (SUS) para que alcance a cura total de seus pacientes:

– A epidemia de Aids, o abrandamento da luta contra a doença, a imigração de pessoas oriundas de países em que ela é prevalente, as migrações internas, os bolsões de pobreza são fato-



Patrocínio disse que a previsão é de cura de 85% dos casos até 2007

res que contribuem para o crescimento da tuberculose – disse o senador.

Também ajudam no desenvolvimento acelerado da doença, informou Patrocínio, a ignorância dos atingidos, o despreparo médico e a falta de drogas modernas. Ele lembrou que estes fatores são decisivos para a tuberculose atingir principalmente as camadas mais pobres da população.

Carlos Patrocínio lamentou que, de pioneiro no combate à doença no início do século, o Brasil tenha passado a ocupar atualmente "o vergonhoso" sexto lugar em número de casos novos no mundo, com uma notificação de 90 mil doentes por ano.

Amorim critica "docilidade" do governo com os bancos

Exame das medidas da União em relação a dívidas dos estados e municípios revela, segundo o senador, preocupação em proteger credores

"Nunca o sistema financeiro contou com um governo tão dócil a seus interesses", afirmou o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), ao observar que um exame das medidas do governo federal em relação aos endividamento de estados e municípios desde 1995 revelará uma "permanente preocupação em assegurar liquidez aos credores".

O senador abriu seu discurso com a denúncia feita na quarta-feira passada pelo prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, na reunião da Confederação Nacional dos Municípios, realizada no Congresso Nacional. Segundo Ernandes Amorim, o prefeito afirmou que a Medida Provisória 1.811, de 25 de fevereiro último, teve como objetivo assegurar R\$ 8 bilhões ao Banespa e ao Banco do Brasil – ambos em vias de privatização – para garantir o pagamento de títulos, em custódia nessas instituições, da dívida pública da prefeitura de São Paulo.

Ernandes Amorim criticou o fato de a MP ter sido apresentada com a desculpa de refinanciar dívidas municipais. E assinalou que as dívidas dos municípios brasileiros somam R\$ 23 bilhões, enquanto a MP contempla apenas R\$ 11 bi-



Amorim lamenta que o Brasil continue drenando recursos do setor público para o sistema financeiro

lhões da dívida mobiliária, sendo R\$ 8 bilhões para a prefeitura de São Paulo.

A fim de mostrar a "docilidade" do governo para com o sistema financeiro, Ernandes Amorim citou várias ações: o Proer, feito, segundo ele, para assegurar "liquidez aos credores dos bancos falidos com o Plano Real"; dois votos do Conselho Monetário Nacional, que, em sua opinião, asseguraram "liquidez aos credores de operações ARO com os estados"; MP da privatização dos bancos estaduais, que, de acordo com Amorim, "assegurou liquidez a seus credores no mercado interbancário"; e a Lei 9.496/97, da renegociação da dívida dos estados, que o senador

aponta como garantia de "liquidez aos credores da dívida mobiliária".

O senador destacou que as dívidas foram contraídas pelos estados com juros de risco e, por isso, com remuneração elevada. Mas elas foram recebidas com tais juros e sem qualquer risco, já que o pagamento integral foi assegurado pelo governo federal, que assumiu a responsabilidade pelos débitos ao custo da emissão de títulos federais.

– Caso não se faça nada, continuaremos drenando os recursos públicos do Brasil ao sistema financeiro, para que possa também comprar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. E depois? – perguntou o parlamentar.

Eduardo Siqueira Campos destaca programa de Tocantins contra fome

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) observou que o programa "Pioneiros Mirins", implementado com sucesso pelo governo de Tocantins, é modelo de solução para o problema da fome e da desnutrição, e deveria ser adotado nas demais unidades da Federação. Eduardo Siqueira Campos afirmou que a importância do programa – que atende 29.500 crianças e adolescentes e tem "ampla repercussão social" – cresce "num momento em que o pessimismo toma conta da população".

As ações desenvolvidas pelo programa concentram-se no amparo às crianças e adolescentes carentes e às suas famílias, explicou o senador. Abrangendo todo o estado



Eduardo Siqueira Campos explicou que ações desenvolvidas pelo programa concentram-se no amparo às crianças e adolescentes carentes

por meio da concessão de bolsas-escola e de distribuição de cestas básicas, o "Pioneiros Mirins" também garante às crianças e adolescentes a formação em oficinas de aprendizagem, o ensino musical, a confecção de trabalhos artesanais e a prática desportiva.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, em Tocantins, ao contrário de outras partes do país, o governo não é insensível à pobreza. Por isso, destacou o senador, o problema foi atacado, mesmo com as históricas limitações de recursos oficiais.



Ney Suassuna considera o *Correio Braziliense* um dos mais influentes órgãos do noticiário político nacional

Suassuna presta homenagem ao *Correio* e lembra fundador

Ao homenagear o *Correio Braziliense* por ter conseguido o prêmio World's Best Design, concedido pela Society for News Design, de Nova York, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que foi no estado que ele representa, a Paraíba, no município de Umbuzeiro, que nasceu Assis Chateaubriand, o fundador dos Diários Associados.

– Foi a polêmica e folclórica figura de Assis Chateaubriand que se deslocou até o grande canteiro de obras que era Brasília até o ano de 1960, para aqui instalar o *Correio Braziliense*, que viria a se revelar um dos mais influentes órgãos do noticiário político nacional – lembrou Ney Suassuna.

Na opinião do senador, o prêmio concedido ao *Correio Braziliense* demonstra de maneira incontestá-

vel que, para um jornal ter boa qualidade, não precisa necessariamente ser feito no eixo Rio-São Paulo. Suassuna destacou que nenhum estudioso da história política brasileira pode omitir em suas análises as matérias publicadas pelo que ele considera "o mais importante órgão da comunicação escrita da região Centro-Oeste do Brasil".

Para conquistar o direito de figurar entre os 17 jornais mais bem desenhados de todo o mundo, de acordo com Suassuna, o *Correio* concorreu ao lado de outros 290 jornais, que inscreveram 13.089 trabalhos. Exemplificando a importância do prêmio, que é considerado o Oscar para a categoria dos jornais, o senador pela Paraíba citou que um dos outros contemplados foi o *The New York Times*.

Prêmio é motivo de orgulho, registra Maria do Carmo

"A justa premiação recebida pelo nosso brasileiríssimo *Correio Braziliense* nos enche de orgulho", disse a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ao homenagear o jornal pela conquista do prêmio World's Best Design, concedido pela Society of News Design, de Nova York. A senadora destacou a seriedade e arrojo do jornalismo brasileiro, "que não se prende somente ao conteúdo, mas ao design, à imagem, ao feliz casamento da informação com a sua mensagem

visual".

Segundo Maria do Carmo, assim como o Nobel de Literatura dado ao escritor português José Saramago engrandeceu a língua portuguesa, o prêmio World's Best Design valorizou o lado artístico do jornalismo nacional. Para a senadora, o segredo do *Correio Braziliense* está em abordar assuntos que o mundo todo também discute, só que de maneira isenta e na vanguarda do design mundial.



Maria do Carmo elogia, no *Correio Braziliense*, "feliz casamento" da informação com a mensagem visual

Cresce número de projetos apresentados

Os senadores já elaboraram 81 propostas em 1999, incluindo a convocação extraordinária. Número representa mais do que o dobro da média registrada nos últimos quatro anos, no mesmo período

Os senadores já apresentaram neste ano 81 projetos de lei, mais que o dobro da média registrada nos últimos quatro anos, que foi de 33 projetos. Nesses 60 dias, deram entrada projetos que mexem com a vida de boa parte da população brasileira e tratam de assuntos, que vão de mudanças no Código Penal à criação de novos estados, do cerco aos sonegadores à proibição de que cães da raça *Pit Bull* circulem pelas ruas sem focinheira.

O levantamento inclui os projetos apresentados nas convocações extraordinárias do Congresso durante os recessos do Legislativo de janeiro – houve convocação nos cinco anos. Em 95, os senadores apresentaram 25 projetos até o dia 5 de março. No mesmo período do ano seguinte, foram 30 projetos. Já em 97, o número ficou em 29 e em 98 foram 50 projetos.

Entre os projetos apresentados neste ano, encontram-se três destinados a criar os novos estados de Solimões, Araguaia e Tapajós. As propostas são do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e prevêem a realização de plebiscitos, durante as eleições municipais do ano que vem, para que os eleitores des-

sas regiões se manifestem sobre a idéia.

Alguns projetos procuram aperfeiçoar leis em vigor, enquanto outros buscam resolver problemas de estados e de trabalhadores ou propõem redução das desigualdades regionais.

O senador Jefferson Pêres (PDT-AM), por exemplo, propôs normas de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional, inclusive determinando que o BNDES aplique na Amazônia e no Nordeste, já no ano que vem, no mínimo 30% de seus recursos, chegando a 40% no ano 2002, contra os atuais 11,8%. Para ele, só com exigências desse teor será possível reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), preocupado com o aumento do consumo de cigarros entre os jovens, apresentou projeto que obriga os fabricantes de cigarro a gastarem em campanhas antitabagistas os mesmos valores destinados à propaganda do fumo.

A situação dos trabalhadores é tema de dezenas de projetos. Um deles, da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), autoriza os mutuários



do SFH a usarem dinheiro do FGTS para quitar até mesmo prestações atrasadas do financiamento habitacional. A legislação atual só autoriza uso do FGTS nas prestações que ainda não venceram.

Os assuntos eleitorais são motivo de algumas propostas. O senador Eduardo Suplicy pretende exigir que os candidatos a governador e a prefeito façam pelos menos dois debates públicos antes das eleições, os quais seriam transmitidos por

emissoras de rádio e de televisão.

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) busca reduzir a sonegação, por meio da revogação de um artigo de lei que só permite à Secretaria da Receita Federal pedir processo criminal de uma pessoa por sonegação depois de encerrado o processo administrativo. Como tais processos demoram anos, às vezes quando um sonegador é condenado pela Justiça o crime já prescreveu.

Nabor defende "soldados da borracha"

Apesar de prevista na Constituição, a pensão vitalícia a que fazem jus os chamados "soldados da borracha" – nordestinos transferidos para a Amazônia para produzir borracha – não vem sendo concedida da maneira esperada. Com o objetivo de mudar essa situação, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou projeto de lei que define regras claras para a concessão do benefício.

A regulamentação da lei, de 1989, permitia que a comprovação de serviços prestados nos seringais da Amazônia na década de 40 fosse feita "por todos os meios de prova admitidos em Direito", o que incluía provas testemunhais para abertura do processo de habilitação. Porém, mudanças na legislação levantaram obstáculos à obtenção da pensão, definida em 1988 em dois salários mínimos mensais.

– No ano passado, a administração pública fechou as portas aos depoimentos como peças iniciais, determinando que a comprovação será baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal – esclareceu Nabor, autor da emenda que introduziu o benefício aos seringueiros, durante a Constituinte.

A medida, segundo o autor da proposta, pode ter tido a intenção de evitar fraudes, mas foi um "golpe mortal" para as pretensões de muitos veteranos que não conseguiram reaver documentos de meio século atrás, principalmente por muitos deles serem analfabetos ou semi-analfabetos. O projeto procura resguardar os direitos de quem não guardou os papéis necessários – aparentemente sem importância – por tantos anos.

– Por serem eles pessoas simples, seria irrealista qualquer exigência que se fundamentasse apenas em documentos rotineiros – justificou Nabor.



Nabor Júnior quer assegurar pagamento de pensão vitalícia previsto pela Constituição

Luzia propõe uso de FGTS para atualizar prestações

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei em que propõe a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos da casa própria no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O projeto altera a Lei nº 8.036, que dispõe sobre o FGTS.

Luzia explicou que um dos paradoxos do SFH foi o "cruel processo de reajuste de prestações e saldos devedores que, em um período de extremas dificuldades financeiras para os mutuários, transformou o SFH, originalmente criado como benefício social, em pesadelo para seu público alvo".

Segundo a senadora, de um lado estão os mutuários impos-

sibilitados de pagar as prestações, e de outro lado está a falência gradual do SFH. A partir de dados publicados pela imprensa, Luzia Toledo disse que o índice de inadimplência já chega a 30% em todo o país, o que tem contribuído para o colapso do sistema. A senadora defende a flexibilização na utilização dos recursos do FGTS para que os trabalhadores possam utilizá-los também para o pagamento de prestações atrasadas.



Luzia Toledo afirmou que a inadimplência do SFH já chega a 30% do total



Jader escreveu a Fernando Henrique depois de encontro de senadores do PMDB com Itamar Franco

Jader recebe carta de FHC sobre negociação com Minas

O presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou correspondência na quinta-feira ao presidente nacional do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), manifestando sua concordância no sentido de que as equipes econômicas de Minas Gerais e da União se reúnam para avaliar a situação financeira e encontrar soluções conjuntas que resolvam os problemas do estado.

Por outro lado, o presidente da República informou que os bloqueios nos repasses federais e os sequestros na arrecadação de ICMS do estado não significam sanção econômico-administrativa por parte da União. Fer-

nando Henrique argumentou que essas medidas representam o cumprimento da lei, para que o governo seja ressarcido dos pagamentos que lhe são devidos.

A carta do presidente foi em resposta à correspondência remetida no dia anterior por Barbalho, informando o resultado da reunião da bancada do PMDB com o Itamar Franco. Na reunião, os senadores ouviram um relato sobre as dificuldades financeiras encontradas pelo atual governador e seus motivos para decretar moratória. Diante da exposição, a bancada resolveu tentar intermediar o diálogo entre a União e Minas Gerais.

Estevão quer reabrir prazo para negociar dívida

Projeto apresentado pelo senador, destinado a beneficiar o Distrito Federal, estende até o final do ano a possibilidade de ingresso no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados

Senador pede comissão para apoiar a infância

Ao registrar matéria veiculada na quarta-feira no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) revelou sua indignação diante do teor da reportagem, que denunciou a situação de milhares de crianças brasileiras que sequer conseguem obter seu registro de nascimento.

Eduardo Siqueira Campos protestou contra o fato de crianças e adolescentes, ao deixarem de receber a certidão de nascimento, perderem até o direito do reconhecimento como brasileiros e cidadãos. O senador disse esperar que a matéria veiculada no *Jornal Nacional* sirva de alerta para apressar a instalação de uma Comissão Especial da Criança e do Adolescente proposta por ele.

— Sem o registro de nascimento a criança deixa de ter acesso ao direito constitucional de receber do Estado educação, programas de vacinação e outros direitos, ficando condenada à humilhação, à miséria e à ignorância. É inacreditável o ponto a que chegamos, e temos a obrigação de reagir imediatamente — conclamou Eduardo Siqueira Campos.

A intenção do senador por Tocantins é formar uma bancada integrada por parlamentares que desejem participar da defesa dos interesses da criança. A comissão especial discutiria a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre outras medidas que proporia, está a criação de mecanismos para estimular a adoção.

Por meio de projeto de lei apresentado ao Senado, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) pretende reabrir, até o final deste ano, o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União. Segundo o senador, o prazo fixado pela lei — 31 de março de 1998 — não permitiu que o DF participasse da reestruturação financeira pela qual passaram as demais unidades da Federação.

— O Distrito Federal, por razões ligadas a seu peculiar *status* constitucional, não participou dessa etapa fundamental no processo de ajuste do setor público brasileiro — justifica Estevão.

Para o senador, a renegociação,



Luiz Estevão lembra que renegociação permitiu maior controle sobre juros

no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, permitiu às unidades da Federação honrar seus

compromissos financeiros a taxas de juros mais favoráveis e em prazos mais elásticos que os anteriormente vigentes.

— Por outro lado, a renegociação possibilitou à União uma maior liberdade na condução de sua política monetária, na medida em que entes federativos altamente endividados deixaram de pressionar o mercado financeiro, com efeitos positivos sobre a determinação da taxa de juros — avaliou o senador pelo Distrito Federal.

Caso seja reaberto o prazo, Estevão anunciou que o Distrito Federal encaminhará o seu pleito aos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Criação de pit bull pode ser controlada

O senador Luiz Estevão apresentou projeto de lei que vai dificultar no país a criação de cães das raças *Pit Bull*, *Rotweiler*, *Dobermann*, *Fila* e *Mastin*, considerados animais perigosos. Nenhum cão dessas raças poderá circular nas ruas ou outros locais públicos sem focinheira e “subjugados por coleira e corrente”, e seu proprietário responderá na Justiça, com indenizações e prisão, caso o animal ataque alguma pessoa. Se o cão matar alguém, o dono poderá pegar até 12 anos de cadeia, conforme o Código Penal.

De acordo com o projeto, quem quiser criar cães dessas cinco raças terá de registrá-los em livro próprio, nas prefeituras, e deverá possuir canil que preserve a segurança das pessoas que circulam na área. O dono do animal que não cumprir essas exigências de segurança poderá ser punido pela Justiça com até um ano de prisão.

Na justificativa da proposta, Luiz

Estevão afirma que o objetivo é regular a criação de animais dessas raças, “reconhecidamente agressivas”. Ele destaca que eles são conhecidos como “cães de guerra” ou “cães de briga”, por serem extremamente perigosos.

O parlamentar lembra os números expressivos das agressões — “mais de 100 mil vítimas, sobretudo feridos, mas em alguns casos de mortos, somente no estado de São Paulo, conforme noticia a revista *Veja*” — para destacar o “drama humano causado pelas agressões cometidas por esses animais, sem que os responsáveis sejam apenados”.

Em diversos países, inclusive no Brasil, esses cães vêm sendo usados como cães de guarda e submetidos a condições ambientais e tratamentos que acentuam o comportamento violento, acrescenta o senador brasileiro.

— Assim, quando criados por pessoas despreparadas e utilizados em

função para a qual não estão aptos, esses animais se transformam em verdadeiras armas, cujo potencial de periculosidade não pode ser subestimado.

Luiz Estevão afirma ainda que, nos últimos tempos, a imprensa brasileira tem noticiado a utilização desses animais por gangues de rua, formadas, “não raro”, por jovens de classes privilegiadas.

— Esses fatos impõem reflexão e exigem uma pronta resposta dos poderes públicos. Até o momento, as vítimas têm recebido, quando muito, ínfimas indenizações. Criou-se, quanto a esse assunto, um ambiente de impunidade.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), em caráter terminativo. Isso significa que, aprovada pela CCJ, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que ela seja apreciada em plenário.

Kit de primeiros socorros deve acabar logo, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) iniciou um movimento entre os senadores visando apressar a tramitação da matéria que acaba com a exigência do *kit* de primeiros socorros nos veículos que trafegam no Brasil. Essa decisão já foi aprovada na Câmara dos Deputados e vai passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para depois ser votada no plenário da Casa.

— Minha expectativa é que o Senado vote isso num prazo máximo de 30 dias, tamanha é a exigência da sociedade para que este artigo seja definitivamente revogado do Código de Trânsito Brasileiro — comentou Ramez Tebet em entrevista à Rádio Senado.

Na opinião do senador por Mato Grosso do Sul, a exigência do *kit* de primeiros socorros é um grande absurdo. Ele considerou que a aprovação desse dispositivo foi “um cochilo” dos deputados e senadores, e que o Congresso, sensível aos apelos da sociedade, revogará a matéria o mais rapidamente possível.

Apesar de a Câmara já ter revogado o artigo do Código de Trânsito Brasileiro que exige o *kit*, a falta do



Tebet espera que o projeto aprovado pela Câmara seja votado dentro de até 30 dias

equipamento continua provocando uma multa de R\$ 115,00 e a perda de cinco pontos na carteira de habilitação. Apenas em alguns estados — como o Rio de Janeiro, onde um juiz federal concedeu liminar impedindo a penalidade — é que a exigência foi suspensa.

Tebet disse que não acredita na possibilidade de os brasileiros entrarem com ações na Justiça pedindo indenização por causa da compra do *kit*. Ele sugeriu que as pessoas aproveitem para uso doméstico os itens que compõem o *kit* e acrescentou que o mais importante é acabar com o transtorno da exigência.

Cultura ao Meio-Dia apresenta o filme Carlota Joaquina na quarta-feira

Dentro da programação da 2ª Semana da Mulher, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o projeto Cultura ao Meio-Dia apresenta na quarta-feira, às 12h, o filme *Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil*, de Carla Camurati, com entrada franca. A escolha do filme para a homenagem deve-se à trajetória de Carlota Joaquina, uma das primeiras mulheres fortes da História do Brasil, vista sob a ótica de uma cineasta brasileira de sucesso.

O filme revela a história de Carlota

Joaquina, espanhola prometida em casamento ao infante João de Portugal. A trama enfoca sua ida ainda menina para Portugal até o exílio no Brasil Colônia, já como rainha de Portugal, fugindo de Napoleão Bonaparte com toda a corte.

A interpretação do elenco é considerada o ponto forte da produção, destacando-se as atuações de Marieta Severo como a maldosa, feiosa e foga Carlota, e de Marco Nanini como o submisso e quase patético d. João VI.

Desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, o projeto Cultura ao Meio-Dia promove sessões de cinema todas as quartas-feiras ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, no Senado. Depois de comemorar o Dia Internacional da Mulher, o projeto Cultura ao Meio-Dia enfocará o cinema espanhol na programação do mês de março, estreando com o filme *Elisa, Minha Vida*, de Carlos Saura, no próximo dia 17.

Projeto fixa regras para debate eleitoral

Proposta do senador Eduardo Suplicy torna obrigatória a transmissão, pelas emissoras de rádio e TV privadas ou públicas, incluindo as TVs legislativas, de pelo menos dois debates antes de cada votação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto que altera a Lei nº 9.504, estabelecendo regras para a realização de debates nas eleições majoritárias, independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita. Segundo o projeto, é obrigatória a transmissão, pelas emissoras de rádio e televisão privadas ou públicas, incluindo as TVs legislativas, de pelo menos dois debates antes de cada vota-

ção (dois turnos), entre todos os candidatos aos mesmos cargos majoritários. Os candidatos poderão participar em conjunto ou em grupos distintos.

O projeto de Suplicy prevê que, na eleição para presidente e vice-presidente da República, os debates ocorrerão na Câmara dos Deputados; para senador, governador e vice-governador, nas assembleias legislativas ou Câmara Legislativa do Distrito

Federal; para prefeito e vice-prefeito e, num segundo bloco, para os demais candidatos, os debates acontecerão nas câmaras municipais. A Justiça Eleitoral tratará da regulamentação dos debates e a empresa que descumprir a lei estará sujeita a multa no valor de dez mil Ufirs.

Para o senador Eduardo Suplicy, a propaganda eleitoral gratuita e obrigatória não é suficiente. O senador acredita ser

importante para o desenvolvimento da democracia no Brasil a garantia de que haja livre confrontação de proposições, iguais oportunidades e abertura para convencimentos recíprocos "como elementos constitutivos necessários à consolidação de um desejável regime político, mais marcado pela persuasão do que pela força".

Para Suplicy, o horário gratuito não é suficiente para informar os eleitores



Suplicy defende uso de TV para mostrar reuniões

Reuniões de conselhos do governo federal "que têm maior importância para a população" devem ser transmitidas pela TV Senado. É o que prevê projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois de instruída, vai para a Comissão Diretora, que pode aprovar a medida em caráter terminativo:

— A TV Senado tornou muito mais transparente tudo o que se passa no Parlamento brasileiro. O que antes era mediado, resultando em uma imagem incompleta, é mostrado diretamente, enriquecendo a

percepção dos fatos. Por que, então, não estender tais benefícios democratizantes a outros plenários igualmente importantes? — questiona Suplicy.

Para serem transmitidas pela TV, o senador elegeu, "por razões de economia e racionalidade", as reuniões do Conselho Monetário Nacional, do Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Conselho do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Saúde e do

Conselho Nacional de Seguridade Social, que não são secretas.

Suplicy justifica que preferiu apresentar projeto de lei em vez de projeto de resolução por acreditar que o Poder Executivo deve tomar providências para permitir e dar as condições técnicas necessárias à atuação das equipes da TV Senado.

Álvaro Dias critica gastos excessivos dos governantes

"A crise do endividamento dos estados é causada pela desorganização do país. Sempre houve muita irresponsabilidade de quem governa. O governador e o prefeito querem fazer obras e gastam muito mais do que arrecadam." É a opinião do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30.

O senador governou o estado do Paraná entre 1987 e 1991, e fechou o mandato com superávit. Para ele, o segredo desse resultado é a austeridade, o combate à corrupção, o controle dos gastos públicos, o aumento da receita com ações de fiscalização e a reforma administrativa.

Em relação à dívida do estado, Álvaro Dias acha que é necessá-

rio reestruturá-la para viabilizar estados e municípios endividados. "Mas não é por meio da moratória, do calote. Se não houver

rigor no que diz respeito ao endividamento público dos estados nós não chegaremos à organização econômica do país, nós não teremos a estabilização da economia."

Álvaro defende também a reforma tributária. Para ele, o governo não pode criar novos impostos a cada vez que precisa de recursos.

— É hora do Congresso Nacional agilizar a aprovação de uma reforma tributária que estabeleça a justiça fiscal, a distribuição dos recursos entre estados, municípios e União, e as responsabilidades de cada um.

TV discute idoso na sociedade

A situação do idoso na sociedade é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 13h30 e 21h15. Os entrevistados são Juril-

za de Mendonça, presidente da Política Nacional do Idoso do Ministério da Previdência Social, e Clari Munhoz, presidente do Conselho do Idoso do DF.

Eles lembram que no Ano Internacional do Idoso ainda há muita coisa a se fazer, afirmando que, pior do que os arquitetos que não se lembram deles quando projetam os prédios, só mesmo os motoristas que não os respeitam e a indiferença da população.

Segundo Clari Munhoz, "o mais comum crime contra o idoso é a tomada dos seus bens pelos filhos". Ela destacou o trabalho realizado pelo "Disque Idoso", que está sendo implantado em todo o país.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 - *Senado em Pauta*
6h - *Saúde Todo Dia* - Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
6h30 - *Especial Unip* - Reabilitação de amputados - 1ª parte
6h55 - *Senado em Pauta*
7h - *Saúde Todo Dia* - AeroBahia
7h30 - *Especial Unip* - Doenças Venéreas - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
9h30 - *Entrevista* - O senador Álvaro Dias fala sobre a crise do endividamento dos estados
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - Bahia
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: AeroBahia
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - *Espaço Cultural* - Espetáculo "Os Chorões"
12h30 - *Entrevista* - O senador Álvaro Dias fala sobre a crise do endividamento dos estados
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Diamantina
13h30 - *Cidadania* - A coordenadora de Política Nacional do Idoso, Jurilza de Mendonça e a presidente do Conselho do Idoso do DF, Clari Munhoz,

falam sobre o *Ano Internacional do Idoso*

14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo)

18h30 - *Cores do Brasil* - Folclore Goiano

19h - *Palestra* - Lideranças e Liderados, com Edgar Schütz

20h30 - *Entrevista* - O senador Álvaro Dias fala sobre a crise do endividamento dos estados

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Cidadania* - A coordenadora de Política Nacional do Idoso, Jurilza de Mendonça e a presidente do Conselho do Idoso do DF, Clari Munhoz, falam sobre o *Ano Internacional do Idoso*

21h55 - *Senado em Pauta*

22h - *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO FM

HOJE

8h - Agenda Senado. Em seguida - Música e informação
14h30 - *Sessão Plenária* (ao vivo). Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil". Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste". Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste". Em seguida - Música e informação
0h - *Sessão Plenária* (reprise). Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Álvaro defendeu a reforma tributária



O projeto de Lúcio Alcântara se destina aos 10% dos brasileiros que são portadores de deficiência

Projeto facilita o acesso de deficientes a locais de votação

Projeto de lei apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) determina que os tribunais regionais eleitorais, a cada eleição, orientem os magistrados na escolha de locais de votação com acesso mais fácil para o eleitor deficiente físico. O projeto pretende alterar o Código Eleitoral para adequá-lo às normas constitucionais.

Lúcio Alcântara cita diversos dispositivos da Constituição para justificar sua iniciativa. O artigo 203 determina a prestação de assistência social para "a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária".

Já o artigo 227 define que uma lei estabelecerá "normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência". Outra disposição constitucional mencionada pelo senador é o artigo 244, que praticamente repete o anterior.

Segundo o senador, esses artigos "estão a indicar que foi intenção do legislador constitucional ampará-los (os deficientes) de forma mais plena possível", razão pela qual quer ver aprovado seu projeto, já apresentado na legislatura anterior.

Para o parlamentar, "a verdadeira expressão democrática do estado de direito só se realiza se a ordem jurídica de cada país buscar amparar, cada vez mais, os socialmente fracos, seja por questões de pobreza, de preconceito ou de discriminação".

Lúcio Alcântara assinala que 10% dos brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência. Isso, para ele, "ressalta a necessidade de integrar os inválidos ou semi-inválidos, por meio de proteção legal".

Falcão quer incluir foto no título de eleitor

Utilização de fotografias digitalizadas e de numeração por código de barras é a proposta do senador para evitar fraudes no processo eleitoral

Para evitar fraudes nas eleições, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) apresentou projeto de lei determinando a inclusão de foto digitalizada do eleitor no título eleitoral, e numeração por código de barras. A medida, argumenta o senador, pode permitir um melhor controle do alistamento dos eleitores.

– São medidas necessárias, úteis e possíveis graças aos constantes avanços tecnológicos que permitem hoje reproduzir, com boa qualidade, fotografias por computador – afirmou.

A idéia de Falcão foi inspirada nas novas carteiras nacionais de habilitação, que já têm fotografias digitais do condutor, respeitando resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A medida também está de acordo, segundo o parlamentar, com as mudanças que vêm ocorrendo na Justiça Eleitoral, desde a implantação do processamento eletrônico de dados no alis-

tamento, em 1985, que "eliminou vícios anteriores e criou condições para identificar e impedir irregularidades".

O projeto estabelece que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve participar da edição das ações necessárias à implantação do novo modelo.

– Cabos eleitorais inescrupulosos costumam envolver cidadãos menos informados e mais ingênuos em processos de transferência de títulos ou de inscrição de eleitores já inscritos em outras localidades, inflacionando o número de eleitores e eivando de vícios todo o processo eleitoral. O projeto se justifica em razão da necessidade de se impedirem as fraudes – declarou Falcão.

Se aprovada, a proposta do senador só passará a valer a partir da eleição de 2002, não se aplicando, portanto, às próximas eleições municipais, que se realizarão no ano que vem.



Djalma Falcão acha que a medida impedirá fraudes cometidas por "cabos eleitorais inescrupulosos"

Gerson Camata sugere anistia de multas para quem não votou

Os eleitores que deixaram de votar nas eleições realizadas nos dias 4 e 25 de outubro de 1998 poderão ter anistiados seus débitos decorrentes de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, se aprovado projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O projeto prevê a anistia dos débitos resultantes das multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, a qualquer título, em decorrência de infrações praticadas no período de 7 de abril a 25 de outubro de 1998. A anistia não se aplica, entretanto, a candidatos eleitos.

Camata disse que, ao anistiar as multas de qualquer natureza relativas à campanha eleitoral, o projeto vai beneficiar tanto eleitores que deixaram de votar quanto partidos políticos, candidatos não eleitos, veículos de comunicação e aqueles que fizeram propaganda ilegal.

O senador explicou que, com o projeto, pretende evitar que sejam consumadas injustiças resultantes da aplicação quase sempre bem intencionada de dispositivos da lei que se mostraram impróprios para uma eleição da qual participem, como



Camata quer anistiar também candidatos não eleitos

candidatos, governantes no exercício dos seus cargos. Camata deu um exemplo. Segundo ele, a aplicação de dispositivo legal que sujeita a multa a emissora de rádio ou televisão que difunda opinião contrária ou favorável a partido ou candidato foi um dos elementos de ampliação do desequilíbrio entre candidatos e de desorientação do eleitorado:

– Embora salutar, essa norma tornou praticamente impossível a ação das oposições na maioria dos estados. De um lado, a propaganda institucional dos governos estaduais e dos seus programas não era, na maioria das vezes, considerada como opinião favorável a um candidato. Inversamente, a crítica ao governo, a decisões e comportamentos do governador era quase sempre entendida como opinião contrária ao candidato – diz ele.

Camata acrescenta que o projeto tem por base prerrogativa que a Constituição federal concede ao Congresso, em seu art. 48, inciso VIII, de anistiar débitos e faltas de eleitores e candidatos, principalmente em ano de eleições, ou logo após sua realização.

Jefferson propõe maior atuação do BNDES nas regiões Norte e Nordeste

A força técnica, institucional e financeira do Sistema BNDES – que inclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e o BNDES Participações (BNDESPAR) – deve se dirigir também à Amazônia e ao Nordeste, "de modo que até o ano 2002 sejam aplicados pelo menos 40% dos recursos sob sua administração" naquelas regiões.

Este é o objetivo de projeto de lei que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional, apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Em 1990, as regiões Norte e Nordeste (incluindo os municípios da área mineira de atuação da Sudene) "abrigavam 50% do contingente brasileiro vivendo em situação de pobreza", justificou o senador. Conforme estimativa de 1996 en-

dos pelo senador, 63,17% das operações de crédito do BNDES foram concedidas ao Sudeste, enquanto o Nordeste foi atendido por 10,69% e o Norte, por apenas 1,14% do total dos empréstimos.

Pela proposta, o Sistema BNDES deverá fazer aplicações crescentes – no mínimo 30% em 2000, 35% em 2001 e 40% em 2002 e anos seguintes – nessas regiões, no financiamento de atividades diretamente produtivas, de modernização de infraestrutura e de expansão e melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento.

Jefferson propõe condições favorecidas, ou seja, com encargos inferiores aos vigentes para as demais operações, ao financiamento de atividades produtivas, restrito às iniciativas sob responsabilidade do



Jefferson Péres quer que BNDES invista 40% dos recursos nas duas regiões

setor privado.

Todas as diretrizes e provisões de recursos destinados às operações regionais do BNDES deverão constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da lei orçamentária anual, segundo a proposta.

Caso os limites mínimos fixados no projeto não sejam atingidos pelo BNDES, o senador propõe que a diferença entre o montante geral correspondente ao limite mínimo e as aplicações de fato realizadas seja compulsoriamente repassada aos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte e Nordeste – FNO e FNE, respectivamente –, à razão de um terço para o primeiro e dois terços para o segundo.

contrada no *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, documento elaborado pela ONU e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 65% dos pobres brasileiros viverão nessa área geográfica no ano 2000 e 66,4% em 2010.

Frente a esse evidente agravamento dos desequilíbrios inter-regionais, o senador propõe que o Sistema BNDES, à semelhança do que representou para as regiões mais desenvolvidas do país o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, aumente sua presença na Amazônia e no Nordeste. Em 1998, conforme dados apresenta-